



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.
Mesa coordenada Expressões do serviço social crítico e radical nos EUA, Inglaterra e Espanha (1960 a 1980).

MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS NO SERVIÇO SOCIAL DO BRASIL, ESTADOS UNIDOS E INGLATERRA NOS ANOS 1960-1980: INDÍCIOS DE APROXIMAÇÕES E DISSONÂNCIAS

ANTONIANA DEFILIPPO¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo propiciar o debate e aproximação sobre os movimentos contestatórios emergidos no Serviço Social brasileiro, norte-americano e inglês, entre os anos 1960-1980, observando as possíveis similitudes e diferenças, principalmente no que se refere às aproximações teórico-metodológicas.

Palavras-chave: Reconceitualização, Serviço Social Radical, movimentos contestatórios.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo propiciar el debate y enfoque sobre lo que llamamos movimientos contestatorios emergidos en el Servicio Social brasileño, norteamericano e inglés, entre los años 1960-1980, observando las posibles similitudes y diferencias, principalmente en lo que se refiere a las aproximaciones teórico-metodológicas.

Palabras clave: Reconceptualización, Servicio Social Radical, movimientos contestatórios.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de resultados parciais da pesquisa “Os Movimentos Contestatórios no Serviço Social Europeu e Norte-Americano no período de 1960-1980 e o Movimento de Reconceitualização no Serviço Social na América Latina”. Esta é uma das sub-pesquisas que compõem as frentes desenvolvidas pela pesquisa “O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”. É fruto também do trabalho desenvolvido no grupo de pesquisas “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Campus Rio das Ostras e do desenvolvimento da pesquisa de doutorado “O Serviço Social brasileiro na ótica da Resistência: possibilidades de contra hegemonia na sociedade classes”, - em andamento, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

A contribuição aqui desenvolvida converge para uma aproximação com o debate sobre possíveis interlocuções do Movimento de Reconceitualização na América Latina e Brasil, e o Serviço Social Crítico e Radical Inglês e Norte-Americano, entendendo que estes são movimentos contestatórios emergidos a partir da década de 1960, num contexto macro de transformações societárias, do que nos permite pensar chaves heurísticas e congruências para a pesquisa mais ampla.

No desenvolvimento da sub-pesquisa supracitada, um dos eixos tem se preocupado em trazer elementos sobre o Serviço Social Crítico e Radical Norte-Americano e, nas primeiras aproximações, identificamos uma estreita relação deste com o Serviço Social Crítico e Radical Inglês, com citações e referências diretas, chamando a atenção para uma busca mais atenta. Neste sentido, a intenção é que desenvolvamos um aprofundamento sobre o Serviço Social Crítico e Radical Inglês, buscando compreender tanto seu desenvolvimento quanto a relação com o Serviço Social Norte-Americano e Brasileiro.

Especificamente sobre o Serviço Social Crítico e Radical Inglês, até este momento o avanço da pesquisa ainda é tímido, se atendo à coleta de referências e traduções, uma vez que a maioria da literatura às quais tivemos acesso são na língua inglesa, com pouquíssimas traduções em espanhol e português.

A metodologia está sendo desenvolvida através de história-oral, pesquisa documental em universidades vinculadas à pesquisa, centros de pesquisa e pesquisas bibliográficas correspondentes ao período entre 1960 a 1980. O recorte histórico são os anos entre 1960-1980 e tem seu valor por conta da efervescência política, econômica e social do período, resultado das transformações societárias dilatadas em mais uma crise do capital, do que permitiu uma reorganização da classe trabalhadora em busca de manutenção dos seus direitos, nas diferentes particularidades. Neste mesmo período, surgem novas possibilidades de direção ideopolítica e histórico-metodológica no Serviço Social, guinadas pela crítica à prática tradicional desenvolvida até então, de caráter conservador e de controle da classe trabalhadora.

2 DE QUE CONTEXTO ESTAMOS FALANDO?

O mundo capitalista entrava em ebulição, advertindo as bases da soberania norte-americana que contra-ataca, provocando os processos contra-revolucionários e anticomunistas, muito em função da exitosa Revolução Cubana em 1959, numa ofensiva brutal aos países periféricos. Há registros em todos os quadrantes do mundo de tal investida: em solos africanos, o objetivo era impedir e conter o ímpeto independentista em tempos neocolonialistas; na Ásia, a investida imperialista culmina com o golpe sangrento de 1965, derrubando o regime Sukarno, que tinha apoio do então partido comunista da Indonésia; e na América Latina, a investida imperialista tem início em 1964, com o golpe civil e militar no Brasil, seguidamente e violentamente de mesmo caráter no Chile, Uruguai e Argentina. Na segunda metade dos anos 1970 o que se tem é a expressão da dominação violenta e estratégica em todos os países do Cone Sul, vivendo sob diferentes regimes militares, resguardados pelas particularidades nacionais.

Em nível global, segundo Antunes (1999), o surgimento do excesso de capacidade de produção provocou perda de lucratividade das indústrias de transformação a partir da década de 1960, imputando o germe do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970. Emerge assim, as raízes da estagnação e crise do capitalismo dos anos 1960, que vai culminar nas suas faces de reorganização pelos anos 1970 e 1980.

Como resposta à crise, iniciou-se a reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, configurando o advento do neoliberalismo. A partir daí, há uma crescente desregulamentação dos direitos trabalhistas e uma desmontagem do setor produtivo estatal, assim como intenso processo de reestruturação da produção, do trabalho e do Estado social. Intensifica-se a ofensiva do Estado e do capital frente à classe trabalhadora e das condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo/ taylorismo/ keynesianismo. O cenário era de desregulamentação e expansão dos capitais, do comércio, da tecnologia, das condições de trabalho e emprego. Enquanto os países centrais do capitalismo se degladiavam pelo império político-econômico, reorganizando suas bases de produção e exploração da força de trabalho, aos países periféricos cabia a subsidiariedade, subserviência e dependência imposta (Defilippo, 2012).

A partir do contexto global, podemos pensar chaves heurísticas convergentes e dissonantes na história do Serviço Social brasileiro, norte-americano e inglês no que se refere ao momento questionador, contestatório da profissão em relação ao Serviço Social Tradicional.

3 MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS NO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, ESTADOS UNIDOS E INGLATERRA: breves aproximações

Para o desenvolvimento deste item, nos debruçamos sobre a leitura de alguns textos escritos por autores expoentes do Serviço Social Brasileiro, Norte-Americano e Inglês, entre as décadas de 1960/1980, buscando indícios de como estes compreendiam tais movimentos contestatórios nas suas particularidades, no que poderíamos identificar como similitudes e diferenças, tecendo algumas reflexões à luz de autores contemporâneos.

No que se refere ao Movimento de Reconceituação na América Latina e mais especificamente sobre este movimento no Brasil, Seno A. Cornely (1975), por exemplo, vai nos lançar, inicialmente, o questionamento se é possível falarmos do Movimento de Reconceituação Latino-Americano como único. Neste mesmo questionamento, o autor nos afirma que não e diz que este processo, que se desenvolveu a partir dos anos 1960 na profissão, aconteceu de maneira bastante diversificada em cada país do continente sul-americano e em diferentes momentos, alguns avançando, seja com frutos positivos ou negativos, e outros, surgindo apenas como movimento pontual. De acordo com o autor, esse descompasso impactou diretamente na distinta trajetória que o movimento prosseguiu nas diferentes realidades dos países latino-americanos.

Ainda que em diferentes trajetórias, Cornely (1975) sinaliza que a Reconceituação se baseou numa profunda e vívida revolução ideológica, possibilitando modificações nos métodos do trabalho profissional. Em alguns casos, o autor afirma que não passou de uma 'revolução verbal', sem nenhuma aplicação prática do trabalho social. Em outros casos, caracterizou-se por uma insuficiente ou vazia densidade ideológica, colocando a intervenção, em termos metodológicos, na busca por eficiência e produtividade.

Cornely destaca que, no Brasil, até aquele momento (1975), existiam 40 faculdades de Serviço Social que se organizavam na Associação Brasileira de

Escolas de Serviço Social (ABESS), entidade essa que tinha como papel acompanhar o desenvolvimento do ensino e formação do Serviço Social no país. Até então, a formação pós-graduada contava com cinco cursos de mestrado em Serviço Social, todos eles acompanhados pela ABESS e pelo então Ministério da Educação e Cultura (Cornely, 1975).

No ano de 1958 é fundado o primeiro Sindicato de Assistentes Sociais no país, possibilitando, a partir desta primeira organização centrada no trabalho, certa organização dos assistentes sociais, amparo legal e defesa dos direitos da categoria. Como os demais sindicatos de categorias profissionais, o sindicato dos assistentes sociais tinha certo controle do Ministério do Trabalho (Cornely, 1975).

Em 1960, foi criado o Conselho Federal de Assistentes Sociais, subdividido em conselhos regionais, configurando-se enquanto órgão também subordinado ao Ministério do trabalho, tendo por principal função a fiscalização do exercício profissional em todo território brasileiro. Destaca-se que também em 1960, foi criado o CBCISS – Centro Brasileiro de Intercâmbio e Cooperação em Serviço Social, tendo por principal função a atividade editorial e organização e promoção de seminários e congressos da categoria.

Mesmo diante deste panorama organizativo da categoria profissional, o autor sinaliza a existência de muitas diferenças na valorização salarial e condições de trabalho, seja no que se refere a posições de trabalho semelhantes a outros profissionais liberais, ou pelas particularidades regionais, e também quando comparados a outros profissionais de mesmo nível universitário. Outrossim, também se averiguou a existência de assistentes sociais ocupando cargos de chefia, com importantes funções públicas e privadas, assessoria direta aos gestores das políticas sociais e aos poderes executivo e legislativo, possibilitados, segundo o autor, pela capacidade técnica destes profissionais.

Neste breve relato, o autor mostra a configuração do Serviço Social Brasileiro, desde sua composição universitária e no âmbito da pós-graduação; sua organização política em sindicatos; a regulamentação profissional via conselho federal e regionais; difusão e incentivo à produção intelectual e de seminários e congressos via CBCISS e lança a seguinte questão: até que ponto esta situação de proteção legal e de eficiente organização da categoria

reflexionava a profissão em termos de Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil? Até que ponto a configuração relativamente cômoda incidia na parca motivação para mudanças mais radicais de princípios e de métodos? Até que ponto as forças do sistema dificultam uma reorientação ideológica dos assistentes sociais? Alinhada às estas questões, Cornely (1975) afirma que é imprescindível considerar o que ele denomina de *marco macro-institucional* brasileiro, ou seja, pleno contexto de ditadura militar, do que para ele impunha aos técnicos e suas organizações algumas posições táticas prudentes.

Segundo o autor, a aparente neutralidade política gerou duras críticas ao Serviço Social Brasileiro, principalmente no que se refere ao caráter tecnocrata e metodológico, desatrelado de um “firme fundamento ideológico” (Cornely, p. 48, 1975). Em partes o autor concorda com a crítica, mas destaca que boa parte do comportamento dos profissionais estava condicionado pela institucionalidade impositiva, do que requeria obediência estratégica e madura para as reflexões e localização de saídas possíveis. Dentre desbravadores da Reconceituação, o autor destaca a Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, assim como as mudanças emergidas em Juiz de Fora e algumas outras universidades, em grupos de estudos e reflexões em Porto Alegre, São Paulo e Brasília.

Nesta mesma direção, Netto (2009) afirma que o que particularizou o Serviço Social brasileiro na arena política do país foi a tardia oposição ao regime ditatorial do Estado, por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria, sob a alcunha de neutralidade. Expressão de alienação política frente ao contexto ditatorial destas instâncias representativas pode ser observado nos documentos do III Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1965, do “Documento de Araxá”, a partir do I Seminário de Teorização do Serviço Social, em 1967; II Seminário de Teorização de Teresópolis, 1970; III Seminário de Teorização, no Rio de Janeiro em 1978; assim como nos documentos dos I CBAS (1974) e II CBAS (1976) (Netto, 2009), ainda que estes seminários e congressos tenham imprimido modificações importantes para a profissão. Segundo o mesmo autor, é notória a alienação política exponenciada na atuação do então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), reproduzido igualmente nos conselhos regionais, assim como nas

convenções da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). Essas expressões de “neutralidade” por parte das entidades organizativas da categoria expressavam, em termos de disputas de classe, o alinhamento com as forças políticas do Estado autocrático burguês, demonstrando claramente uma direção social funcional ao sistema vigente, opressivo e a serviço do capital imperialista.

Mas, se por um lado, os conselhos e fóruns da categoria expressavam sua quase total convivência com o regime autocrático burguês, tínhamos um movimento emergente de organização política da categoria, a partir dos escombros da luta de classe, da ilegalidade, de resistência, fortalecendo-se e se juntando às demais forças políticas da classe trabalhadora através do reavivamento do movimento sindical.

No bojo de um movimento mais amplo da profissão, a Reconceituação na América Latina é demarcada pela literatura no período de 1965-1975 (Netto, 1995; 1991; Yamamoto, 1992), portanto, a compreensão do seu processo na particularidade brasileira exige que o mesmo seja contextualizado face ao significado econômico-social da ditadura militar (1964-1985), desde sua constituição, crise e desdobramentos na transição democrática, assim como na reorganização do Estado e novo padrão de acumulação e de dominação sobre as classes trabalhadoras (Batistoni, 2016).

Identifica-se que Cornely (1975) problematiza que a nossa aproximação com a teoria crítica dialética e sua aplicação na produção teórica e na prática foi lenta no território brasileiro exatamente pelo processo de ditadura militar. Com perspectiva de avanço hábil e firme, Cornely (1975) finaliza o texto com a seguinte reflexão:

Se o ritmo aqui é mais cuidadoso, e se estamos preocupados em reformulações teóricas, em enfoques metodológicos e numa reorientação da docência voltada para as demandas da realidade que muda constantemente, mais que aspectos ideológicos, também é verdade que aqui o movimento não se identificou tão notoriamente com ideias políticas radicais. Isso parece permitir que se avance com habilidade e com firmeza na direção desejada, sem produzir choques diretos, geralmente desvantajosos para o Serviço Social, com o sistema imperante. Em outros termos, parece certo que o Serviço Social Brasileiro, no entanto, tem muito a explorar na veia da Reconceituação, particularmente quanto ao seu conteúdo ideológico (CORNELY, 1975, p. 49, tradução nossa). [1]

Leila Lima Santos, em 1975, vai nos trazer um balanço sobre os dez anos do Movimento de Reconceituação, sinalizando que o Serviço Social passou por etapas marcantes neste período e, dentre elas: conscientiza-se de que a prática profissional teria sido até então paliativa, assistencialista, sem procedimento metodológico realmente sério. Neste momento, o Serviço Social, de acordo com a autora, se aproxima das Ciências Sociais, mais precisamente da Sociologia, como auxílio à implementação do seu método prático e, a partir daí, reivindica para si uma posição “científica” em relação ao Serviço Social Tradicional (Santos, 1975).

Tal posição “científica” foi alvo de críticas por parte de uma nascente corrente político-ideológica profissional, que reivindicava uma atuação política através da participação e contribuição efetivas no processo de transformação latino-americano. Cabe destaque que em grande parte do território latino-americano, as forças políticas dominantes eram ditatoriais militares, apoiadas pelo imperialismo Norte-Americano.

A preocupação preponderante da nascente corrente político-ideológica já não era mais a atuação eficiente e racional, mas sim uma atuação profissional coerente com uma específica posição ideopolítica. O método científico, desta forma, cede lugar às diversas formas de organização e manifestação do Método Dialético (Santos, 1975).

A autora vai nos afirmar que até aquele momento, ou seja, em 1975, o Serviço Social começa a indagar, passados quase dez anos no início da Reconceituação, quais eram os verdadeiros produtos no campo do conhecimento e da prática profissional a partir do Movimento de Reconceituação.

Em relação à produção de conhecimento teórico, a autora supracitada afirma que o Serviço Social, no balanço sobre os dez anos do Movimento de Reconceituação, avançou pouco ou quase nada. Para ela, uma das causas pode ter sido provocada, no seguinte sentido:

No afã de superar uma etapa esgotada na qual a teoria ocupava um papel predominante em relação à prática, o Serviço Social recai em uma posição igualmente esgotada – por sua vez, repleta de conteúdo empírico -, segundo o qual as distorções anteriores seriam superadas na medida em que a prática fosse considerada enquanto produtora

de teorias. Este é o momento da afirmação categórica de que 'a prática é o critério da verdade'. E a prática passa então a ser considerada não em suas limitações e circunstâncias históricas concretas, mas idealizada de tal maneira que, alcançando um ponto X de perfeição, começasse a gerar teorias, novos conhecimentos. A prática é então racionalmente assumida como possível produtora de conhecimento, e isto de maneira idealista, na medida em que existe, por assim dizer, um foco entre a concepção dialética de sociedade e a realização de ações concretas necessárias para a transformação desta mesma sociedade (SANTOS, 1975, p. 52, tradução nossa). [2]

Ou seja, de acordo com Santos (1975), as duas posições revelam em si visões unilaterais do processo de elaboração do conhecimento e trouxeram consequências práticas para o Serviço Social: a primeira delas é identificada pela autora quando essa teoria mais ampla e genérica não possibilitou a compreensão das particularidades da intervenção concreta para o profissional de Serviço Social; a segunda, está na insuficiente produção de conhecimento teórico a partir da prática.

Diante destas limitações, a autora afirma que

A alternativa frente a esta situação é a prática concebida não como prática "científica", mas como uma prática orientada por elementos teóricos conceituais que, confrontados com essa mesma prática, seriam, por assim dizer, "recuperados" em um nível superior de conhecimento desta realidade, possibilitando a implementação de um novo processo prático capaz de contribuir mais efetivamente para a transformação desta mesma realidade (SANTOS, 1975, p. 53, tradução nossa). [3]

De uma forma ampla, pode-se dizer que os movimentos contestatórios na profissão, iniciados nos anos 1960 e ainda sem uma sólida base teórica, prática e política, vão cumprir a tarefa de questionar o conservadorismo tradicional de até então e é a expressão das respostas à realidade concreta vivenciada na periferia do mundo capitalista, onde a repressão e exploração da força de trabalho andavam lado a lado e sob os ditames do jogo imperialista. Ou seja, neste cenário global e nacional de disputas políticas e econômicas pelo Estado, de modificações nas formas interventivas deste, parcela da categoria do Serviço Social, imersa e parte constitutiva da mesma sociedade em ebulição política e econômica, vai empreender, também, processos de disputa política e ideológica, tanto "para dentro" quanto "para fora" da profissão,

configurando, de forma mais explícita e consciente (ainda que este seja ineliminável e intrínseco à profissão) seu caráter político.

É a dimensão política existente no Serviço Social que abre as possibilidades de se “neutralizar a alienação da atividade para o sujeito que a realiza, embora não elimine a existência de processos de alienação que envolvem o trabalho assalariado” (Iamamoto, 2010, p. 99). Tal processo não se desenvolve senão sob enorme esforço e desgaste de energias para quem o realiza, tendo em vista que a força de trabalho é uma mercadoria inseparável do sujeito que trabalha. Portanto, “apropriar-se da dimensão criadora do trabalho e da condição de sujeito, que interfere na direção social do seu trabalho, é uma luta a ser travada quotidianamente” (Iamamoto, 2010, p. 99).

Em 1983, Maria Ozanira da Silva e Silva, no artigo ‘O Serviço Social Radical – Uma proposta de apoio à transformação das sociedades capitalistas desenvolvidas’, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade Nº 13, vai nos trazer contribuições ao debate sobre os movimentos contestatórios em países centrais do capitalismo, notadamente Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.

As contradições gestadas no seio do capitalismo, entendido enquanto sistema de produção que acentua, cada mais as desigualdades sociais, para além das consequências negativas aos países periféricos do capitalismo, também propiciou reordenamento nos países centrais, gerando um clima de insatisfação nos trabalhadores sociais, principalmente a partir dos anos 1970. Essas insatisfações, inicialmente, se esboçavam como busca por alternativa metodológica atrelada à busca pela transformação dessas sociedades. Esta nova proposta metodológica foi denominada de Serviço Social Radical, fundamentando-se, “teoricamente, no materialismo-histórico e parte de uma crítica ao capitalismo, apresentando uma proposta de prática para o Serviço Social, a partir das próprias instituições, onde o Serviço Social realiza suas práticas”, partindo das necessidades imediatas da *clientela*, tendo por objetivo primeiro a construção de uma outra sociabilidade (Silva e Silva, 1983, p. 107).

A autora baseou-se no livro de Jeffy Galper (1980), intitulado *Social Work Practice – A Radical Perspective*, intencionando difundir a obra citada e o tema do livro enquanto uma alternativa de prática que o Serviço Social desenvolveu em países desenvolvidos para confrontar os dilemas produzidos pelas contradições do sistema capitalista, naquelas sociedades. Ela afirma que

a temática é importante para a prática dos assistentes sociais nas instituições, preocupação esta a mesma da “proposta de Reconceituação do Serviço Social que se fundamenta no materialismo histórico” (Silva e Silva, 1983, p. 108). A autora afirma que, se a particularidade dos países centrais se distancia da particularidade do Brasil, o que nos une é a preocupação central dos trabalhadores sociais radicais. Infere-se, desta afirmativa da autora, que ela está se referindo então aos assistentes sociais brasileiros imersos no movimento de Reconceituação como radicais também. E o termo radical, também de acordo com as afirmações da autora, estaria atrelado à filiação ao materialismo histórico.

Ozanira (1983), ao analisar a obra de Galper (1980), demonstra que a nova proposta de prática desenvolvida por ele é um esforço de formulação de um novo enfoque para a prática do Serviço Social desenvolvido nos setores de serviços sociais ou assistência social nos Estados Unidos, chamada de Serviço Social Radical (Radical Social Work), que tem como norte a perspectiva socialista, partindo da crítica ao sistema vigente, portanto, capitalista, apresentando-se assim como uma alternativa estratégica a ser desenvolvida em países centrais, como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. O livro tem como primeira parte a fundamentação teórica enquanto instrumento de análise, e segue com orientações para a prática dos trabalhadores sociais que se propõem progressistas, nas instituições sociais, com vistas ao processo de mudança social mais ampla, ainda que parta das necessidades concretas e imediatas, mas que tem objetivos de longo alcance, voltados para a construção de uma nova sociabilidade (Silva e Silva, 1983). O contexto que permite a tematização do livro segue a conjuntura das grandes transformações sociais ocorridas de forma global a partir dos anos 1960.

De forma semelhante ao desenvolvimento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano (resguardando a particularidade das diferentes nações latino-americanas), que buscava a ruptura com o Serviço Social Tradicional e uma prática capaz de atender as demandas produzidas pelo *capitalismo selvagem* crescente no continente, também nos Estados Unidos e alguns outros países centrais do capitalismo, em meados nos anos 1970, emergem tímidos grupos de trabalhadores sociais com uma nova proposta de desenvolvimento da prática profissional, chamada

de Serviço Social Radical (Silva e Silva, 1983). Profissionais, estudantes e professores compartilhavam, cada vez mais, as ideias radicais para a teoria e prática do Serviço Social, tendo em vista o contexto de acirramento das contradições econômicas, políticas e sociais de seus países, ocasionando a deterioração das condições de vida de grande parte da população.

Mas, de acordo com Silva e Silva (1983), os grupos de Serviço Social Radical que surgiram nos Estados Unidos não chegaram a construir uma base sólida, tendo alguns, inclusive, se dissolvido em pouco tempo. Dentre aqueles que conseguiram certa consolidação nos estados Unidos e Canadá, destacam-se: Union of Radical Human Service Workers (Boston), The Association of Social Service Workers (Toronto-Canadá), dentre outros. O surgimento destes grupos também impulsionou a sindicalização dos trabalhadores sociais nos Estados Unidos. Naquele momento, o empenho destes grupos era “construir um movimento socialista dentro do próprio aparato institucional, colocando-se como grupos de estudo, de suporte e de ação política” (Silva e Silva, 1983, p. 111). Se engalavam na ação política direta, estimulavam alianças entre setores de serviços sociais aos movimentos de minorias, como de negros, gays, índios, mulheres, dentre outros, tendo como principal bandeira a organização dos trabalhadores sociais e dos *clientes*. Incentivavam publicações, promoções, seminários, encontros etc, e apoiavam organizações na luta contra a redução de recursos para o setor público, principalmente no que se refere aos programas sociais, intencionando, também, influenciar na formulação e operacionalização das políticas sociais. Mas estas ideias mais radicais enfrentaram dificuldades, como as sinalizadas por Silva e Silva (1983, p.111): “estes grupos experimentaram as mesmas dificuldades enfrentadas por outros grupos radicais nos Estados Unidos. Receberam pouco apoio para suas ideias de sociedade”, enfrentando o pessimismo sobre as possibilidades de mudanças fundamentais numa sociedade fechada e controladora, e foram vítimas de medidas repressivas de todas as ordens, inclusive por segmentos do próprio Serviço Social.

O Serviço Social Radical é apresentado por Galper (1980), segundo Silva e Silva (1983), como um Serviço Social Socialista, focado no movimento de transformação social, por meio do quadro institucional e o trabalho político é uma das ferramentas da prática profissional. A partir desta definição, nos

parece que o caráter político da prática profissional e sua importância se mostra clara, mas ela está atrelada às escolhas individuais dos trabalhadores sociais e seu comprometimento também individual com as demandas dos *clientes*, e não como uma direção política da profissão como um todo, fundamentada teoricamente e metodologicamente desde sua formação universitária. Os professores engajados nesta perspectiva de Serviço Social eram isolados desempenhavam a difusão de suas ideias também de forma espaçada da maioria dos professores. Ou seja, não havia uma direção hegemônica crítica à sociabilidade capitalista e à profissão. A direção crítica vai se dar de acordo com a inserção daqueles trabalhadores sociais, por meio de suas organizações políticas e nas instituições de trabalho.

O termo radical, nesta perspectiva, estava muito mais atrelado à crítica em relação à sociedade capitalista, na busca por uma outra sociabilidade, possibilitada, como processo, através da prática profissional nas instituições. Em nenhum momento a perspectiva se mostra forte o suficiente na disputa dentro da própria profissão no que se refere às bases teórico metodológicas. Vários fatores podem ser trabalhados para justificar o não fortalecimento desta corrente dentro do Serviço Social Norte-Americano, mas o mais significativo, de acordo com as particularidades das nações capitalistas, é que esta nação, em particular, era, já naquele momento, o império ditatorial das regras capitalistas. Desta forma, o desenvolvimento de uma prática profissional voltada para uma sociabilidade socialista, isoladamente e sem uma base teórica para além da organização política militante, foi insuficiente para o fortalecimento do Serviço Social Radical nos Estados Unidos.

Já na aproximação com o estudioso do Serviço Social Radical David Wagner (1989), temos suas contribuições de análise desde movimentos contestatórios ao Serviço Social tradicional nos Estados Unidos desde anos 1930, do que ele compara ao desenvolvimento de outros movimentos contestatórios ao Serviço Social tradicional das décadas a partir de 1960, demonstrando a continuidade e rupturas destes movimentos e suas contribuições para pensar um outro Serviço Social. Wagner, assim como Galper (1980), nas análises de Silva e Silva (1983), vai dissertar sobre a importância da organização sindical dos trabalhadores, de uma forma geral e também a de assistentes sociais que, imersos na conjuntura avassaladora para

os direitos conquistados, vão se identificar com a perspectiva de classe, num alinhamento com a classe trabalhadora.

Contudo, ainda que tais ideias radicais tenham se aproximado de uma perspectiva crítica à sociedade capitalista, o movimento do Serviço Social Radical esteve muito mais atrelado à perspectiva da esquerda, influenciado pelos partidos comunistas nas diferentes nações, engajando-se na organização política da classe trabalhadora, do que já demonstra um avanço em relação ao Serviço Social Tradicional, mas não avança nas disputas dentro da própria profissão, configurando-se, sobremaneira, como grupos engajados na esquerda organizada.

Daphne Stathan (1978), em seu livro *Radicals In Social Work*, vai propor a formulação de uma outra teoria para o Serviço Social, na particularidade do Reino Unido, num claro questionamento às bases tradicionais do Serviço Social. O contexto político, econômico e social também é centro motor do desenvolvimento de uma outra perspectiva dentro da profissão, por ela chamada de Trabalho Social Radical. A autora vai nos afirmar que os questionamentos à sociedade capitalista não são uma particularidade do Serviço Social e, os motes de mudança se espriam, motivados por ideais de justiça e direitos.

As preocupações desenvolvidas na primeira parte do livro por Stathan (1978) se referem às seguintes questões: radicalismo de esquerda, que visa outra sociabilidade, ou seja, a socialista; aproximações com a teoria política e economia política; significado de ser trabalhador social na estrutura econômica capitalista; contexto do trabalho social; papel do Estado e do Estado de Bem-estar; contexto política e história; trabalho social como profissão reativa; controle do cliente e de sua participação; perspectiva de grupo; radicalismo de esquerda no trabalho social; conscientização e trabalho social.

Ainda que de forma não tão aprofundada teoricamente, os pontos acima trabalhados pela autora, fundamentalmente estão atrelados ao caráter político da profissão e as escolhas que esta desenvolve em sua história.

Deste breve apanhado na literatura brasileira, norte-americana e inglesa, podemos inferir que as transformações sociais ocorridas nos anos entre 1960-1980, enquanto processos históricos e dialéticos, foram determinantes para o surgimento de movimentos contestatórios no Serviço Social, mesmo sendo

países com tantas diferenças em suas formações sociais e históricas. Não obstante e a título de resultados parciais, destacam-se os seguintes pontos encontrados em todos os textos tratados neste artigo e escritos naquele período: A) Contextualização das décadas entre 1960-1980: os autores desenvolvem críticas ao capitalismo e à agudização de suas contradições, com produção acentuada de desigualdades sociais e esfacelamento dos acordos do Estado Social; B) Surgimento de vários movimentos sociais de resistência, com diferentes bandeiras de luta: movimento feminista, movimentos étnico-raciais, movimentos pela manutenção dos direitos sociais, ações afirmativas, e contra repressão, etc; C) Crítica à sociedade capitalista, numa aproximação com a teoria marxista via Ernest Mandel, Vladimir Lênin, com O Imperialismo; Paulo Freire, com Ação Cultural para a Liberdade, Gramsci; e de fontes marxianas, com o Manifesto do Partido Comunista, A Ideologia Alemã. C) Influência do Partido Comunista; D) Crítica ao Serviço Social tradicional, na justificativa de que sua prática não trazia respostas à classe trabalhadora; E) Certa negação do caráter político do trabalho profissional nas instituições (ou seja, uma não compreensão do caráter contraditório da própria profissão); F) Reconhecimento da profissão enquanto parte da classe trabalhadora (identificação com as demandas dos clientes); G) Identidade radical atrelada à esquerda militante.

4 CONCLUSÕES

A contribuição para o debate sobre o tema desenvolvido aqui neste artigo ainda é bastante aproximativa e requer um aprimoramento na leitura e análise. Contudo, ainda que pouco aprofundada, a pesquisa, principalmente no que se refere às congruências e diferenças entre os movimentos contestatórios do Serviço Social nos anos entre 1960/1980, demonstra a importância de buscarmos na história do Serviço Social, em suas diferentes formações, as possibilidades de contra hegemonia na sociedade de classes. O Serviço Social Radical Inglês e norte-americano dos anos 1960-1980 não alçou hegemonia nos seus países, mas deixou um legado que merece ser resgatado e estudado, principalmente quando nos referenciamos ao Serviço Social brasileiro e sua filiação histórica, teórica e metodológica à teoria crítica dialética, nos

possibilitando um diálogo que pode ser frutífero ao Serviço Social mundial e à classe trabalhadora.

5 NOTAS

[1] Si el ritmo aquí es más cuidadoso, y se estamos preocupados en reformulaciones teóricas, en reenfoques metodológicos y en la reorientación de la docência volcada a las demandas de una realidad que cambia constantemente, más que en los aspectos ideológicos, también es verdad que aquí el movimiento no se identifico tan notoriamente con ideas políticas radicales. Eso parece permitirle que avance con habilidad y con firmeza en la dirección deseada, sin producir choques directos, geralmente desventajosos para el Servicio Social, con el sistema imperante. En otros términos, parece cierto que el Servicio Social brasileiro todavía tiene mucho que explorar en la veta de la reconceptualización, particularmente en cuanto a su contenido ideológico.

[2] En el afán de superar una etapa agotada en la cual la teoría ocupaba un papel predominante en relación con la práctica, el Servicio Social recae en una posición igualmente agotada – a su vez repleta de contenido empírico -, según la cual las distorsiones anteriores serían superadas en la medida en que la práctica fuese considerada como productora de teorías. Es el momento de la afirmación categórica de que ‘la práctica es el criterio de verdad’. Y la práctica pasa entonces a ser considerada no en sus limitaciones y circunstancias históricas muy concretas, sino idealizada de tal manera que, alcanzando un punto X de perfección, comenzase a generar teorías, nuevos conocimientos. La práctica es entonces racionalmente asumida como posible productora de conocimientos, y esto de manera idealista, en la medida que existe, por así decir, un foco entre la concepción dialéctica de la sociedad y la realización de acciones concretas necesarias para la transformación de esa misma sociedad.

[3] La alternativa frente a esta situación es la práctica “científica” sino como una práctica orientada por elementos teóricos conceptuales que, confrontados con esta misma práctica, serían por así decir “recuperados” en un nivel superior de conocimiento de esa realidad, possibilitando la implementación de un nuevo proceso práctico capaz de contribuir más efektivamente a la transformación de esa misma realidad.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 1999. p. 29-59.

BATISTONI, R.M. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil: o projeto profissional da escola de Belo Horizonte. In: ENPESS, 16., 2016. **Anais...** 2016.

CORNELY, S. A. Algunas Ideas Preliminares Sobre la Reconceptualización del Servivio Social em Brasil. **Revista Latinoamericana**, Buenos Aieres, ano 8, n. 26, p. 45-49, 1975.

DEFILIPPO, A.D. **Estado e organizações da sociedade civil na política de assistência social**: a particularidade do município de Juiz de Fora. PPGSS/UFJF, 2012.

IAMAMOTO, M. V. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória. In: ENPESS, 16., 2016. **Anais...** 2016.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J.P. **III CBAS**: algumas referências para a sua contextualização. In: 30 anos do Congresso da Virada. Brasília: CFESS, 2009.

SANTOS, L. L. El Movimiento de Reconceptualización: Diez Años Después. In: Selecciones de Servicio Social. **Revista Latinoamericana**, Buenos Aires, ano VIII, n. 26, p. 50-59, 1975.

SILVA, M. O. S. O Serviço Social Radical: uma amostra de apoio à transformação das sociedades capitalistas desenvolvidas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 13, 1983.

STATHAN, D. **Radicals in Social Work**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

WAGNER, D. Movimentos radicais nos serviços sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 35, 1991. [Artigo originalmente publicado em 1989].